



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: 02.051-00008042/2024

Pregão: 90082/2025

Objeto: O objeto da presente licitação é para contratação de empresa para confecção de móveis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

I – DOS FATOS:

Conforme sessão realizada dia 26 de Agosto de 2025 às 09:00 junto a Plataforma ComprasNet, Portal de Compras do Governo Federal conduzida por esta Pregoeira em conformidade com a lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 visando realizar certame com o objetivo de contratação de empresa para confecção de móveis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos para atender as necessidades do HSJB/SAH, abriu a sessão pública conforme as disposições contidas no edital iniciando pela etapa de lances dos interessados.

Em seguida, a proposta do licitante classificado em primeiro lugar foi encaminhada a Assessoria Técnica/SAH para parecer técnico.

Dia 28/08/2025 – 09:00 - A proposta do 1º colocado foi desclassificada por ausência de documentos os quais o edital solicita para habilitação dentre eles: certidão negativa de débito com relação ao IPTU.

Aberta negociação de valores com o 2º colocado: REAL VR COMERCIO & FABRICACAO DE MOVEIS LTDA. A mesma aceitou ofertar o valor do 1º colocado R\$450.000,00 às 09:20.

Às 14:00 do dia 01/09/2025 foi aberta a sessão para comunicar que a Assessoria técnica informa que a proposta do 2º preço atende a solicitação.

Foi aberta intenção de recurso por parte da empresa: Variedade Comercial JGB, contra habilitação da empresa: Real VR, alegando dentre outros fatos já anexados ao processo que a empresa Real VR também não apresentou a Certidão de quitação do IPTU.

Foi convocado o 3º colocado, porém o mesmo não apresentou o balanço na forma da lei, sendo assim desclassificado.

No dia 8/10 através de diligência foi convocado o licitante Variedade Comercial JGB apresentar a certidão do IPTU conforme já havia dito que teria no dia da apresentação do seu recurso contra a REAL VR. A certidão foi apresentada.

II – DAS INTERPOSIÇÕES DE RECURSOS:

Aberto prazo para registro da intenção de recurso, após a diligência foi apresentado recurso manejado pela empresa: REAL VR COMERCIO & FABRICACAO DE MOVEIS LTDA, CNPJ:



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



07.644.243/0001-01, contra a habilitação da proponente: VARIEDADE COMERCIAL, em razão da não apresentação de documentos exigidos no edital.

Em face da decisão que habilitou a empresa VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA, pelos motivos a seguir expostos:

Ausência da Declaração de Reserva de Cargos (item 14.6 do edital) O edital exigiu, como condição de habilitação, a Declaração de que a empresa preenche o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas com deficiência.

Ausência de documentos de qualificação econômico-financeira, conforme exigido nos itens 11.3.4 e 11.3.5.2, alínea 'b' do edital, a saber: O edital, em seu item 11.3.4, determinou a apresentação do Balanço Patrimonial e DRE do exercício de 2024, na forma da lei, com os respectivos termos de abertura e encerramento, além da demonstração dos índices contábeis 2024 (item 11.3.5.2, letra b).

Irregularidade na comprovação da Regularidade Fiscal Municipal (item 11.2.1, letra c.3) O edital não foi claro ao exigir três certidões distintas: a) Certidão Negativa ou Positiva de Débitos do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza); b) Certidão Negativa de Débitos com relação ao IPTU; c) Certidão Negativa da Procuradoria-Geral do Município, referente a dívida ativa, quando for o caso A recorrida apresentou apenas a certidão da Procuradoria, omitindo a do ISS, em flagrante descumprimento ao edital.

III. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O acolhimento deste recurso administrativo;
2. A reforma da decisão que habilitou a empresa VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA;
3. A inabilitação da referida empresa, com a consequente convocação da segunda colocada para a fase de habilitação, conforme determina a Lei 14.133/21; 4.

A anulação dos atos posteriores à habilitação indevida, garantindo a observância do princípio da legalidade e da vinculação ao edital.

Não sendo este o entendimento de V. Sa., requer sejam os autos remetidos à autoridade superior competente, para que, após análise dos mesmos, defira o presente pedido, dando seguimento ao processo licitatório, em conformidade com o § 2º, do art. 165, da Lei nº 14.133/21. Termos em que,

Pede e espera deferimento,

Volta Redonda, 13 de outubro de 2025.

IV – DAS CONTRA RAZÕES



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



I – SÍNTESE DO RECURSO

A empresa REAL VR interpôs recurso contra a decisão que habilitou a empresa VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA, sob os seguintes argumentos:

1. Ausência da Declaração de Reserva de Cargos (item 14.6 do edital);
2. Ausência de documentos de qualificação econômico-financeira;
3. Suposta irregularidade na regularidade fiscal municipal;
4. Suposta irregularidade na reabertura de diligência pelo pregoeiro.

Todas as alegações são infundadas, carecem de respaldo jurídico e configuram mera tentativa de tumultuar o certame, violando o princípio da boa-fé objetiva e da lealdade processual previstos no art. 5º da Lei 14.133/2021.

DA ALEGADA AUSÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A recorrente sustenta que a VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA não apresentou a declaração de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados, exigida no item 14.6 do edital. Todavia, tal alegação demonstra desconhecimento das fases da licitação e do próprio edital.

A exigência está vinculada à fase de homologação, e não à habilitação Conforme se extrai do próprio edital (item 10 e seguintes), a fase de habilitação abrange apenas os documentos previstos nos itens 10 e 11, que tratam da habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira. O item 14, mencionado pela recorrente, refere-se à fase de homologação, posterior à habilitação, momento em que se exigem as declarações complementares do adjudicatário, portanto as fases do certame devem ser respeitadas.

Além disso, foi centralizado no SICAF as declarações obrigatórias do art. 63 da Lei 14.133/2021, dentre as quais está a declaração de cumprimento da reserva legal de cargos, inserida no sistema durante o cadastro da empresa.

Portanto, a exigência da Declaração de Reserva de Cargos não constitui documento de habilitação, mas sim documento de contratação, conforme a própria redação do edital e a lógica do art. 70 da Lei 14.133/2021.

DA ALEGADA AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

A recorrente afirma que a VARIEDADE COMERCIAL JGB não apresentou o balanço patrimonial de 2024 nem os índices contábeis exigidos, invocando o art. 69, §4º, da Lei 14.133/2021. Entretanto, essa alegação é equivocada e contrária ao próprio edital. 3.1 – A documentação contábil está integralmente disponível no SICAF

O item 10.1.1 do edital dispõe de forma cristalina: “A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.”



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinete@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



No SICAF constam todos os documentos exigidos: Balanço Patrimonial, DRE, Termo de Abertura e Encerramento, bem como os índices contábeis dos exercícios de 2023 e 2024, de acesso direto ao pregoeiro e aos órgãos de controle.

DA SUPOSTA IRREGULARIDADE NA REGULARIDADE FISCAL MUNICIPAL

A recorrente afirma que a empresa não apresentou a certidão do ISS ou certidão municipal completa, enviando apenas a certidão da Procuradoria-Geral do Município. Tal alegação é inverídica.

A certidão municipal consta no SICAF Conforme prevê o edital, no item 10.1.1, as certidões de regularidade fiscal municipal podem ser substituídas pelo registro no SICAF, o qual contém o campo “CND Municipal”, onde a documentação foi regularmente inserida e validada.

Portanto, o documento encontra-se disponível no cadastro eletrônico, cumprindo plenamente o disposto no item 11.2.1, c.3 do edital.

DA ALEGADA IRREGULARIDADE NA REABERTURA DE DILIGÊNCIA

A recorrente sustenta que a reabertura de diligência seria irregular por permitir complementação indevida.

Ocorre que, como demonstrado, o documento solicitado (CND do IPTU) já existia e era de acesso público, conforme preconiza o art. 64, caput, da Lei 14.133/2021, que autoriza o agente de contratação

a: “Promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

Portanto, não houve inserção de novo documento, apenas confirmação de documento existente, sendo o procedimento plenamente regular.

O TCU, no Acórdão 1.757/2019 – Plenário, entende que: “Não há irregularidade quando o pregoeiro solicita documentos públicos ou de acesso eletrônico, já existentes à época da licitação, para sanar dúvida ou confirmar informação.” Além disso, a jurisprudência e a doutrina (Jacoby Fernandes, Licitações e Contratos, 2023) reconhecem que a diligência é instrumento de boa-fé administrativa e preserva o interesse público ao evitar inabilitações indevidas.

DOS PRINCÍPIOS VIOLADOS PELA RECORRENTE

A conduta da REAL VR, ao apresentar recurso com alegações infundadas, contraria os princípios da boa-fé, da lealdade processual, e da vinculação ao edital (art. 5º e art. 18 da Lei 14.133/2021).

V - PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer-se:



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



1- O não provimento do recurso administrativo interposto pela empresa REAL VR COMÉRCIO & FABRICAÇÃO DE MÓVEIS LTDA;

2. A manutenção da decisão de habilitação da empresa VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA;

3. O reconhecimento de que todas as exigências editalícias foram devidamente cumpridas, seja por meio de documentos apresentados, seja via SICAF; 4. O registro em ata da conduta temerária do recorrente, caso constatada má-fé recursal, nos termos do art. 160 da Lei 14.133/2021. Rio de Janeiro-RJ, 14 de outubro de 2025.

VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA

VI - DA ANÁLISE

Por questões lógicas e temporais, esta pregoeira primeiro esclarecerá que todos os atos administrativos, até então, foram balizados em observância aos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, e que qualquer recriminação contrária a isso trata-se de uma afronta a idoneidade dessa Administração.

Válido lembrar que o edital traça as regras que permeiam e obrigam igualmente todos os licitantes não podendo a Administração Pública tratar distintamente um ou outro.

VII – DA CONCLUSÃO:

O edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público.

Diante dos fatos colocados pela empresa: VARIEDADE COMERCIAL JGB LTDA CNPJ **50.827.589/0001-74**, que através de diligência me foi apresentado a Certidão Negativa de Débitos de IPTU o qual foi exigido no edital ,continuo afirmando que o **edital é soberano** e, por ser oportuno e no mérito, decido por não aceitar o recurso da empresa: REAL VR COMÉRCIO & FABRICAÇÃO DE MÓVEIS LTDA , e ainda por encaminhar para que façam parte do referido processo a peça recursal, e a íntegra dessa decisão da qual a parte dispositiva colaciono no PORTALVR (www.portalvr.com)

Volta Redonda, 15 de Outubro de 2025

Sandra Pinto Barra
Pregoeira
HSJB/SAH